

Tema: Perspectiva sobre as fontes de financiamento das instituições de ensino superior.

Caso da Universidade Lueji A’Nkonde.

Autor: **Carlos Pedro Cláver Yoba**

Professor Titular

Reitor da Universidade Lueji A’Nkonde

Telemóvel 244923444008

Email: caryoba@yahoo.com

República de Angola

RESUMO

O subsistema de ensino superior no mundo tem de entre outros os seguintes objectivos fundamentais: i) o aprimoramento da preparação dos quadros vindos do subsistema anterior; ii) o asseguramento de um profissional específico dos frequentadores desse nível de ensino; iii) o adestramento com estágios profissionais os candidatos a egressar desse nível de ensino e iv) pesquisar os diferentes problemas sociais vividos pelas comunidades para a busca de soluções.

Na República de Angola, as instituições de ensino superior não fogem à regra, pois sustentam-se sobre as dimensões de ensino, investigação e extensão universitária. Neste sentido, para este trabalho se apresenta “**Perspectiva sobre as fontes de financiamento das instituições de ensino superior. Caso da Universidade Lueji A’Nkonde**”.

As Instituições de Ensino Superior (IES) públicas dependem fundamentalmente do Orçamento Geral de Estado, que nas actuais condições económicas do país sempre se apresenta insuficiente para enfrentar as prementes necessidades das mesmas. O estudo percorre os últimos três anos económicos demonstrando o orçamento aprovado, executado, as fontes alternativas de financiamento assim como a sua articulação dentro do sistema.

Como método de pesquisa para este trabalho se privilegia a observação, consulta documental e consulta bibliográfica.

Palavras-chave: perspectiva, financiamento, instituição, ensino superior.

1-Introdução

O subsistema de ensino superior no mundo tem de entre outros os seguintes objectivos fundamentais: i) o aprimoramento da preparação dos quadros vindos do subsistema anterior; ii) o asseguramento de um perfil profissional específico dos frequentadores desse nível de ensino; iii) o adestramento com estágios profissionais os candidatos a egressar desse nível de ensino e iv) pesquisar os diferentes problemas sociais vividos pelas comunidades para a busca de soluções.

Na República de Angola, as instituições de ensino superior não fogem à regra, pois sustentam-se sobre as dimensões de ensino, investigação e extensão universitária. Neste sentido, os aspectos indicados como objectivos do subsistema do ensino superior encontram sua concretização de acordo com as possibilidades financeiras das instituições académicas para a compra de laboratórios, aquisição de bibliografia especializada, preparação de estágios para os finalistas, elaboração de programas de intervenção social junto das comunidades, podendo para o efeito “apresentar projectos de trabalho socialmente útil para ajudar o nosso povo a vencer as dificuldades de saneamento básico, a malária, as gravidezes precoces, a orientação escolar e familiar, o controlo no consumo exagerado de bebidas alcoólicas, a prevenção rodoviária, (...)” Yoba (1015, p. 2).

Estas e outras realizações, para qualquer instituição de ensino superior demanda capacidade financeira, pelo que se coloca a seguinte questão central: **“conta a Universidade Lueji A`Nkonde com uma diversidade de fontes de financiamento para o seu adequado funcionamento?”**

As mudanças económicas e políticas no mundo da Língua Portuguesa não garantem uma cooperação capaz de interagir entre os diferentes países para superar as dificuldades vigentes. As transformações políticas em Portugal com uma pressão em termos de condições de financiamento impostas pela União Europeia; as convulsões políticas e parlamentares no Brasil; a instabilidade no relacionamento entre os poderes estabelecidos na Guiné Bissau (presidência, Parlamento e Executivo); a fraca capacidade das economias de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, o vai e vem da RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana) em Moçambique e finalmente a queda do preço do petróleo que entorpece o funcionamento da economia de Angola configuram-se em elementos obstaculizadores tanto da cooperação entre os países como do desenvolvimento sustentável.

2-Metodologia

Para qualquer realização científica pressupõe a existência de um procedimento capaz de orientar e oferecer um sentido coerente e sistemático do trabalho a desenvolver. Resumidamente, este procedimento se chama metodologia.

Pode-se defender que são diversas as posições sobre o método de investigação científica em função das dimensões ideológicas estabelecidas pelos seus autores. Deste modo, é sempre importante verificar os pontos de vista de alguns autores e estabelecer uma comparação sempre em busca de uma aproximação conceptual e de formal articulação.

Na concepção de Lobaina e Diéguez (2011, p. 190) *um método de investigação científica é um conjunto estruturado de princípios, regras e acções estandardizadas que se interrelacionam para resolver um problema científico num determinado contexto.*

Método científico é o conjunto das normas básicas que devem ser seguidas para a produção de conhecimentos que têm o rigor da ciência, ou seja, é um método usado para a pesquisa e comprovação de um determinado conteúdo.¹

Para o presente trabalho e satisfazendo os objectivos perseguidos se privilegiam os métodos subsequentes: consulta bibliográfica, a consulta documental e a observação directa.

3-Desenvolvimento

O assunto a ser analisado nesta comunicação está alojado numa Universidade que comporta diversas unidades orgânicas caracterizando-se como instituições de ensino superior. Para perceber este conceito, Nascimento (2016) considera nos termos subsequentes o conceito de IES permitindo i) Assegurar o desenvolvimento quantitativo e qualitativo; ii) Identificar e explorar diversas Fontes de Financiamento de uma IES; Reforçar a legislação e a base regulamentar do Subsistema de Ensino Superior; iv) Promover a cultura académica dos actores e parceiros que intervêm no Subsistema de Ensino Superior.

Ora, para abordar o tema em questão, considera-se premente um enquadramento da existência do subsistema de ensino superior em Angola. De acordo com alguns autores, este subsistema existe desde os anos de 1962 coincidentemente com a actual República de Moçambique. Na base disso e respeitando abordagens actuais, é importante salientar que “o Ensino Superior Público em Angola tem dado provas de uma verdadeira instituição em permanente mutação e desenvolvimento”, facto que se evidenciou com

¹ <http://www.significados.com.br/metodo-cientifico/>

uma profunda reforma que culminou com o redimensionamento e reorganização da Universidade Agostinho Neto (UAN) da qual surgiram seis universidades regionais, numa primeira fase.

Sustentados pelo referido redimensionamento o ensino superior ficou estruturado em “regiões académicas que limitam o âmbito territorial de actuação e expansão do ensino superior”, de acordo com o Decreto nº 5/09 de 7 de Abril do Conselho de Ministros, cabendo à Província da Lunda Norte a sede da Região Académica IV, ou seja a Universidade Lueji A’Nkonde (ULAN) que integra esta Província e as Províncias da Lunda Sul e Malanje.

Para a configuração desta Universidade, foi necessário integrar a Escola Superior Pedagógica da Lunda Norte (ESPLN) e a então Escola Superior de Ciência e Tecnologia de Saurimo posteriormente transformada em Escola Superior Politécnica da Lunda Sul (ESPLS), instituições que funcionavam na rede e sob tutela da UAN.

3.1- Caracterização breve da ULAN

As instituições de ensino superior públicas estão sempre respaldadas por um documento oficial que autentica a sua criação e define o seu funcionamento. Como se fez referência, a ULAN é resultado da reorganização e do redimensionamento da UAN, cujo processo foi gerido pelo Decreto nº 7/09 de 12 de Maio. Este pressuposto jurídico-legal serviu para de forma concreta e substantiva assegurar o nascimento de uma nova era do ensino superior no contexto nacional e regional.

3.1.1-Cursos

De acordo com a apresentação feita, a ULAN herda estruturas da UAN em consequência do Redimensionamento desta Universidade. Importa referir que as Escolas acima referenciadas possuíam uma formação ao nível de bacharelato nas diferentes áreas do saber, situação actualmente revertida, pois os cursos de toda a ULAN são de nível de licenciatura como se pode constatar no quadro nº 01.

Quadro 01-Estrutura formativa da ULAN

Província	Unidade Orgânica	Formação em
Lunda Norte	Escola Superior Pedagógica	Linguística Francesa
		Linguística Inglesa
		Linguística Portuguesa
		Ensino da Matemática
		Ensino da Física
		Ensino da Química
		Ensino da Biologia
		Ensino da Pedagogia (Educação Pré-Escolar Primária)
	Faculdade de Direito	Direito
Faculdade de Economia	Gestão e Administração de Empresas	
Lunda Sul	Escola Superior Politécnica	Ensino da Pedagogia
		Ensino da História
		Ensino da Geografia
		Ensino da Matemática
		Administração e Gestão
		Engenharia de Minas
		Engenharia Const. Civil
		Electromecânica
		Engenharia Informática
		Eng. Metalurgia e Materiais
		Geologia
Malanje	Faculdade de Medicina	Medicina

Fonte: Assuntos Académicos

3.1.2-Corpo Docente

O Corpo docente da ULAN não apresenta diferenças funcionais comparado à demais IES do país. Deste modo se pode afirmar que uma grande parte das instituições de ensino sobrevivem com docentes colaboradores. Esta situação resulta do seguinte:

- Localização geográfica das IES em regiões pouco atrativas em termos de oportunidades (fora da Província de Luanda);
- Não existe um incentivo financeiro capaz de galvanizar a ida de técnicos e quadros para a chamada periferia;
- Fraca sedentarização (entende-se regresso à zona de origem) de quadros oriundos dessas regiões depois de formados em outras localidades;

Estes e outros aspectos conduzem a uma contratação de especialistas de outros sectores para leccionarem nas escolas, sendo este um caso típico da Faculdade de Direito da ULAN. Esta Faculdade sobrevive com a participação de Juizes, procuradores e outros quadros do Ministério do Interior colocados na Delegação Provincial.

O corpo docente da ULAN é composto por 319 docentes, entre nacionais e estrangeiros, nas categorias de assistentes e professores.

A ULAN tem, neste momento 279 trabalhadores não docentes, distribuídos em vários sectores da administração/gestão da Reitoria e das respectivas unidades orgânicas provinciais. Importa ressaltar que uma parte significativa dos trabalhadores não docentes também são consequência de transferências temporárias para as actuais localidades de trabalho por carência de quatros locais.

Quadro 02-Estrutura do Corpo docente nacional por Categoria e Género

Estrutura	Professor Titular		Professor Associado		Professor Auxiliar		Assistente	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Reitoria	2				1		2	
ESPLN					3		7	
Faculdade de Direito								
Faculdade Economia			1				1	
ESPLN-Cuan.							3	1
ESPLS					8	13	1	
Faculdade de Medicina					1			

Fonte: RH-Reitoria

Uma observação atenta a este quadro pode-se considerar descomunal para um funcionamento integral de uma IES. Na verdade, deve-se brindar uma explicação para esclarecer a funcionalidade das UO pertencentes a ULAN. A ausência sistemática de um concurso público nacional e conclusivo desde 2013 cria dificuldades de trabalho, desde o recrutamento à promoção na gestão dos recursos humanos nas UO. Esta situação não permite a admissão de novos docentes nem a promoção para as categorias superiores de outros já existentes, mesmo com os requisitos preenchidos. Isto manifesta o vazio em determinadas categorias docentes, pois alguns quadros “*adormeceram*” nas categorias em que se encontram durante muitos anos.

A Faculdade de Medicina tem a docência quase totalmente assegurada por docentes cubanos. As Faculdades de Direito e de Economia funcionam marcadamente com quadros formados e pertencentes ao Ministério do Interior, ao Ministério Público ou ainda ao Governo da Província. A Escola Superior Politécnica da Lunda Norte (ESPLN-Cuango) no Cuango sobrevive de colegas que viajam de Malanje, Huambo e Saurimo

manifestando uma marcante instabilidade funcional. A Escola Superior Politécnica da Lunda Sul (ESPLS) para além dos professores cubanos, mantem uma estreita colaboração com os quadros da Sociedade Mineira de CATOCA e outros quadros dos diferentes organismos existentes em Saurimo. Fica claro que a qualidade de contratado e de colaboradores está presente em quase todas as UO da ULAN, pelo que não fazem parte do quadro acima apresentado.

3.1.3-Corpo discente

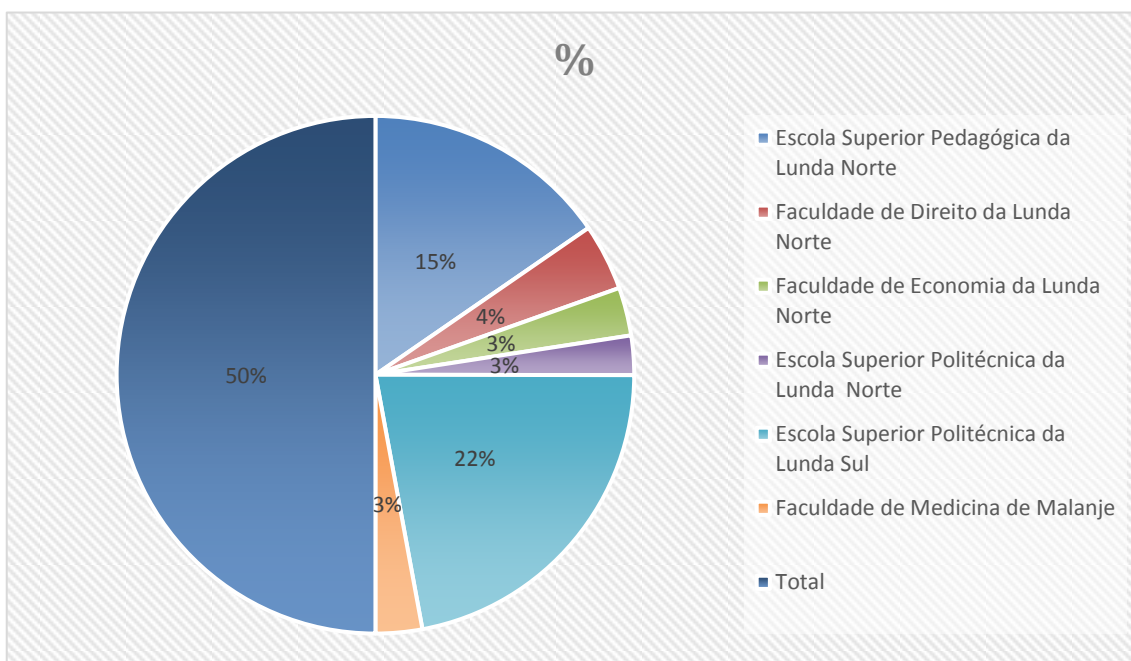
Os estudantes que ingressam nas distintas UO da ULAN concorrem em igualdade de circunstâncias a nível nacional. Na base da prova de ingresso os candidatos se apresentam nos dias marcados e em função do resultado matriculam-se nas UO da ULAN sediadas tanto na Lunda Norte, Lunda Sul como Malanje. No presente ano académico (2016), a ULAN possui uma matrícula de 8.628 estudantes com a seguinte distribuição:

Quadro 03-População estudantil (2016)

Unidade Orgânica	Estudantes	%
Escola Superior Pedagógica da Lunda Norte	2.651	30,7
Faculdade de Direito da Lunda Norte	722	8,3
Faculdade de Economia da Lunda Norte	518	6
Escola Superior Politécnica da Lunda Norte	425	4,9
Escola Superior Politécnica da Lunda Sul	3.806	44
Faculdade de Medicina de Malanje	506	5,8
Total	8.628	99,7

Fonte: UO-projecção orçamental-2017

Figura 01-Distribuição percentual da população estudantil



A ESPLS apresenta um maior número de estudantes por possuir uma oferta mais diversificada e ser a única instituição de ensino superior público na Província da Lunda Sul.

As demais instituições procuram gerir os espaços físicos de que se dispõem para assegurar o processo de ensino e aprendizagem. Quanto aos espaços físicos, somente a ESPLN possui estruturas próprias e as restantes escolas funcionam em instalações de outras instituições de ensino com todas as limitações (entenda-se implicações) que a situação coloca tanto na vertente organizativa como na vertente académico-científica.

3.1.4-Investigação científica

Uma das tarefas da Universidade consiste no desenvolvimento de investigações científicas tendentes a identificar os diferentes problemas da sociedade e posteriormente apresentar as soluções mais viáveis para os mesmos. Assim, a ULAN no seu todo possui os seguintes centros de investigação em funcionamento:

- Centro de Estudos e Desenvolvimento Social (CEDES-Reitoria)
- Centro de Informação de Medicamentos e Toxicologia (CIMETOX-Faculdade de Medicina)
- Centro de Investigação Científica e Assessoria Jurídica (CICAJ-Faculdade de Direito)

Os Centros supracitados desenvolvem as suas actividades dentro das actuais restrições financeiras que o país enfrenta resultantes da queda do preço do barril de petróleo no mercado internacional. Esta situação vem produzindo efeitos nefastos no concernente a produção científica no seio dos docentes e investigadores, assim como a sua consequente divulgação nacional e internacional.

O CEDES ao longo do seu tempo de existência e por via dos seus investigadores publicou na Lueji Editora as seguintes obras com a indicação dos respectivos autores:

Quadro 04-Títulos e autores publicados pela Lueji Editora

Título da obra	Autor	Ano	Valor
A Rainha Lueji A’Nkonde e o Império Lunda	Colectivo de autores	2013	1.215.000.00
Orientação Profissional: Um estudo comparado da escolha da profissão docente, entre Angola e Brasil	Francisco António Macongo Chocolate	2013	840.000.00
Provérbios de Angola: a perspicácia do espírito dos Tucokwe	<ul style="list-style-type: none"> • Fonseca Sousa • Márcio Undolo 	2013	727.500.00
Itinerário: Revista do Centro de Estudos de Desenvolvimento Social	Colectivo de autores	2013	1.275.000.00
Fraude Académica no Processo de Avaliação da Aprendizagem	Baltazar Agostinho da Costa	2015	413.100.00

Algumas destas obras foram publicadas num contexto económico e financeiro do país relativamente favorável com financiamento total a partir do próprio Orçamento Geral do Estado (OGE) estimado em 4.470.600.00 Kwanzas. Naquelas circunstâncias as obras serviram mais para difundir a imagem da Universidade em geral e da Lueji Editora em particular, tendo sido objecto de oferta pelo que, o retorno do investimento praticamente não se verificou. Brevemente serão lançados outros títulos que se encontram no prelo aguardando a melhor oportunidade.

3.1.5-Cooperação

No capítulo da cooperação a ULAN assinou vários acordos e protocolos com as diferentes Universidades tanto nacionais como estrangeiras. No entanto, a sua funcionalidade pode ser considerada sombria por diversos motivos tanto para ULAN como para os parceiros.

No processo de cooperação, podem ser referidas as seguintes instituições: Faculdade de Medicina da Universidade do Porto-Portugal (estágio dos finalistas de Medicina); Instituto de Cooperação Jurídica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa-Portugal (formação doutoral); Universidade de São Paulo-Brasil (desenho do mestrado

e preparação de técnicos); Universidade Trás-Os-Montes e Alto Douro-Portugal (orientação compartilhada de teses de doutoramento); Universidade Marian Ngouabi-Congo Brazzaville (formação em mestrados e doutoramentos); Universidade Nacional de Quilmes-Argentina (formação de curta duração tanto em Angola como em Argentina).

No âmbito da Cooperação, estão em vista outras acções por concretizar tais como com Universidades de Cabo Verde, Moçambique, Paraguaya, Katyavala Bwila, Mandume Ya Ndemofayo e 11 de Novembro.

3.1.6-Administração e Gestão

Esta área de trabalho junto da Reitoria tem a grande responsabilidade de assegurar o funcionamento das infraestruturas, dos meios de transporte, dos recursos humanos entre outros. Todos estes aspectos, para além do salário, necessitam de recursos financeiros para a sua implementação. Na verdade, Angola tal como muitos outros países entraram para uma rota de colisão financeira há cerca de dois anos dificultando em grande medida a execução dos programas projectados.

Os diferentes países enfrentam a crise financeira como consequência de diversas situações. No caso de Angola, a crise é resultado da quebra verificado no preço do petróleo principal produto de exportação e de ingresso de recursos em moeda livremente convertível.

O acima expresso reduz drasticamente as dotações financeiras para o funcionamento das distintas organizações reflectindo-se directamente na prestação de serviço que passa a ser deficitária.

3.2-Fonte de financiamento

Epistemologicamente a fonte significa nascente; lugar de onde brota água continuamente. Esta visão apresenta uma analogia coincidente e natural com a pretensão de alimentar um sistema funcional tornando-o robusto e capaz de assegurar uma boa prestação de serviço.

As instituições públicas, tal como se ressaltou, possuem uma fonte principal de financiamento das suas actividades. Essa fonte é o OGE genericamente alimentado pela exploração dos recursos naturais (petróleo, madeira, ouro, manganês, diamantes, etc)

pelas diversas actividades desenvolvidas tanto por entidades públicas como privadas em termos de tributo ou impostos.

Aliás, de acordo com Nascimento (2016) o financiamento da educação e do ensino pelo Estado é uma das formas privilegiadas de redistribuição da riqueza nacional e de combate à pobreza e enquanto “bem público”, é da responsabilidade do Estado, complementada com a participação da sociedade, nomeadamente através da contribuição das famílias, das iniciativas privadas e da comunidade internacional.

Deve-se entender, na base do exposto, que o financiamento consiste no uso adequado de recursos financeiros colocados a disposição de uma entidade para cumprir com as suas obrigações funcionais, tanto na prestação de serviços como na aquisição de bens e serviços.

Nesta perspectiva, Nascimento considera que as IES precisam de ter fontes de financiamento seguras para manter a sua sustentabilidade. Na ULAN falar de outras fontes de receita pode ser considerado como uma miragem. As propinas e os emolumentos pagos pelos estudantes acabam sendo uma prestação de certo modo irrisória e incapaz de minimizar as despesas de funcionamento das UO.

Perspectivas para o financiamento

A pergunta colocada no princípio sobre as fontes de financiamento não encontrou resposta porque até ao momento não está superiormente orientado um conjunto de mecanismos que permitam as IES públicas angariar fundos para o seu funcionamento. Na expectativa que haja mudanças no quadro financeiro do país em termos de legislação, a Universidade Lueji A’Nkonde embora com poucos meios financeiros, pretende como perspectivas para o seu financiamento:

- Definir por parte do Executivo de Angola uma legislação adequada que permite o exercício por parte das instituições de ensino públicas a diversificação de fontes para o seu financiamento;
- Ampliar o número de matrícula nas diferentes UO aplicando consequentemente a cobrança genérica e efectiva de propinas;
- Implementar o curso de Agregação Pedagógica dos docentes e de pós graduação com a comparticipação dos respectivos estudantes;

- Criar as condições de participação da comunidade pelos serviços prestados pelo CIMETOX;
- Criar as condições de participação da comunidade pelos serviços de assessoria prestados pelo CICAJ;
- Elaboração e comercialização de obras científicas, revistas, softwares e outros materiais de carácter académico;
- Publicar através da Lueji Editora os resultados das pesquisas desenvolvidas pelos investigadores dos Centros de Estudo e outros interessados cujos lançamentos devem ser comercializados;

Bibliografia

- Diário da República. I Série nº 64. Terça-feira, 7 de Abril de 2009.
- Yoba, C. :*Discurso de empossamento dos Decanos e Vice-Decanos*. 2015.
- Legrá Lobaina, A. A. & Silva Diéguez, O. R.: *La investigación científica. Conceptos y reflexiones*. Editorial Félix Varela. La Habana-2011.
- Nascimento, Adão. *O Conceito de Instituição de Ensino Superior como Base para a Diversificação das Fontes de Financiamento de uma Instituição de Ensino Superior*. In Conferência Internacional sobre o Financiamento do Ensino Superior.

<http://conceitos.com/financiamento/> (acesso a 7.08.16)